



Parecer nº 199/2022 – CGM

PROCESSO Nº 9/2021-00051 – SRP

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de portaria e vigilância presencial desarmada, sob demanda, objetivando atender o prédio administrativo da SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

VALOR GLOBAL: R\$ 71.184,96 (Setenta e um mil cento e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos) a ser empenhado na Dotação Orçamentária 2.150.

REQUISITA.NTE: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA.

CONTRATADA: ALPHA CENTAURO SERVIÇOS E LOCAÇÕES EIRELI

1. PRELIMINAR

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante à administração pública, bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo tribunal de Contas que forem vinculados.

A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no art. 74 da Constituição Federal/1988, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

E ainda no art. 17 da Lei Municipal nº 952/2017:

“Art. 17. Compete à Controladoria Municipal:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, bem como da aplicação de recursos públicos do Município por entidades de direito privado;

- III - exercer o controle das operações de crédito, dos avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;*
- IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.*
- V - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;*
- VI - examinar as fases de execução fomentar o controle social, viabilizando a divulgação de dados e informações em linguagem acessível ao cidadão, bem como estimulando sua participação na fiscalização das atividades da Administração Pública Municipal;*
- VII - editar normas e procedimentos de controle interno para os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo."*

Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo.

2. RELATÓRIO

Trata-se de Formalização de contrato do Processo Licitatório nº 9/2021-00051 – SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviço de portaria e vigilância presencial desarmada, sob demanda, objetivando atender o prédio administrativo da SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A Formalização terá valor global de R\$ 71.184,96 (Setenta e um mil cento e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos) a ser empenhado na Dotação Orçamentária 2.150.

O valor deste Contrato Administrativo é referente ao Serviço de vigilância do prédio administrativo da SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente com 02 (dois) agentes cumprindo escala de 12x36 – Diurno.

O processo encontra-se instruído com rol de documentos, suas fases de prosseguimento e seu respectivo encerramento. Os documentos analisados foram encaminhados da CPL desta Prefeitura, em 01 (um) volume, no dia 15/03/2022, passando assim à apreciação desta Controladoria na seguinte ordem:

- I. Ofício 124/2022 – SEMMA;
- II. Solicitação de Despesa nº 20220303005;
- III. Cópia da Ata de Registro de Preços nº 001/2022;
- IV. Ofício nº 492/2022 – SEMAFI – Depto. De Licitação (Solicitação de Dotação Orçamentária);
- V. Informação SEPLAN nº 399/2022 (Encaminhamento da Dotação Orçamentária);
- VI. Minuta do Contrato;
- VII. Ofício nº 503/2022 (Solicitação de Parecer Técnico do Controle Interno).



É o necessário a relatar. Ao opinativo.

3. EXAME

Em observância aos documentos que aqui foram apresentados para análise, vislumbra-se possuir todos os requisitos imperativos indispensáveis e determinados pelas Leis e Resolução que versam sobre o tema, bem como aos princípios norteadores do Direito Administrativo, atestando assim a regularidade do procedimento.

Não obstante, solicitamos que antes da eventual assinatura do Contrato Administrativo, devem-se verificar todos os documentos relativos à regularidade da empresa a ser contratada.

Ao final, todos os atos do referido processo devem ser publicados.

Frente ao exame de todo o processo licitatório passa-se à conclusão.

4. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considero a regularidade da de Formalização de contrato do Processo Licitatório nº 9/2021-00051 – SRP, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviço de portaria e vigilância presencial desarmada, sob demanda, objetivando atender o prédio administrativo da SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tendo em vista ao amparo legal e presentes os requisitos indispensáveis à realização do Processo, sendo ele revestido de todas as formalidades legais, RATIFICO, para os fins de mister, no sentido positivo e ao final sua PUBLICAÇÃO. Sem mais, é o parecer da Controladoria Geral do Município.

Paragominas (PA), 25 de março de 2022.



Thaís de Pinho Rocha
Controladoria Geral do Município
Thaís de Pinho Rocha
Controladoria Geral do Município
Prefeitura Municipal de Paragominas